



M.

|                     |               |                   |  |
|---------------------|---------------|-------------------|--|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS  |               | COMÉRCIO DO PORTO |  |
| SÉCULO              | 21. JAN. 1975 | DIÁRIO POPULAR    |  |
| JORNAL DO COMÉRCIO  |               | DIÁRIO DE LISBOA  |  |
| PRIMEIRO DE JANEIRO |               | CAPITAL           |  |
| JORNAL DE NOTÍCIAS  |               | REPÚBLICA         |  |



Foto Francisco Ferreira

O ministro dos Assuntos Sociais na abertura da mesa-redonda

## Mesa-redonda sob a égide da O. N. U.

# A eficiência é indispensável à política social — afirmação do ministro dos Assuntos Sociais

«A situação revolucionária em que Portugal se encontra permite-nos procurar um novo caminho» — afirmou o ministro dos Assuntos Sociais, eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo, na sessão inaugural, que decorreu, ontem de manhã, na Fundação Gulbenkian, de uma mesa-redonda sobre Administração Social, promovida, conjuntamente, por aquele departamento estatal e pela Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, no âmbito do Programa Europeu do Desenvolvimento Social.

Disse aquele membro do Governo que «a política social e a sua administração são problemas complexos mesmo naqueles países que, após a Segunda Guerra Mundial, têm vivido em clima de desenvolvimento normal. As grandes falhas que se verificaram na I década do desenvolvimento e a impossibilidade de as Nações Unidas fazerem, neste ano intermédio, uma avaliação correcta da II década, que termina em 1980, leva-nos a pôr de parte, desde logo, uma política social que seja consequência do aumento do produto nacional bruto, que seja considerada como o potencial humano indispensável pela sua eficácia ou que constitua apenas uma resposta em que se vai a reboque dos problemas levantados pelo crescimento económico».

Observou, então: «A situação revolucionária em que Portugal se encontra permite-nos procurar um novo caminho. Foi esta procura que nos levou a pedir a Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas que organizasse em Lisboa uma mesa-redonda no quadro do Programa Europeu do Desenvolvimento Social.

No entanto, não há dúvida de que esta procura se verifica num condicionamento político e económico muito especial. «Do ponto de vista do enquadramento político, podemos dizer que está tudo a nosso favor. Temos de derrubar a antiga ordem e as suas estruturas; temos de construir novas estruturas; temos, sobretudo, de atender às necessidades essenciais do povo.»

### Dificuldades específicas

A prosseguir, afirmou: «Mas, desde já, temos duas dificuldades específicas a enfrentar: uma, ao nível das pessoas, dos hábitos, do carácter, daquilo que se costuma chamar

«a mentalidade» por oposição às estruturas. A revolução que se pretende global e em constante criação, para alguns pode apenas ser uma situação fácil de agora se poder fazer tudo o que antes apenas se podia imaginar. Ao contrário, a revolução tem de ser ruptura para poder libertar novas energias e só com o dinamismo da imaginação poderá ser instaurada qualquer coisa de novo. São questões que se nos põem todos os dias e não as podemos esquecer ao fazer a análise lúcida da mudança social.»

Adiantou, depois: «Que poderemos então dizer da democracia social que, não tenhamos dúvidas, constitui para todos o principal objectivo?

«Aparentemente, ela parece ter de enfrentar a democracia económica, ou, pelo menos, pedir-lhe humildemente uma autonomia própria. Sei bem que estou a tocar num problema universal e que ainda não tem solução adequada. O conceito socioeconómico unificado de desenvolvimento ainda não encontrou uma expressão operacional para a elaboração da política social e da política económica do Estado, em nenhum país ou regime político. Vou tentar clarificar as repercussões desta dificuldade numa situação revolucionária como é a do meu país.»

Esclareceu, então, que «a implantação da democracia económica, no entanto, deixa-nos aquém da democracia social.

Na lei constitucional que nos rege após o 25 de Abril, a política social deve, por um lado, «ter como objectivo essencial a defesa dos interesses das classes trabalhadoras». Por outro lado, ele também tem que ter como objectivo essencial «a melhoria progressiva mas acelerada da qualidade de vida de todos os portugueses».

«Importa sublinhar que, nesta óptica, são as necessidades concretas das pessoas que es-

tão em jogo, é a pessoa humana que constitui o «sujeito» desta política, e que, portanto, se encontra ultrapassado o conceito de um Estado omnipotente e omnipotente onde tudo sai e para onde tudo volta, num ciclo infernal de burocracia e de técnica, desprovido de sentimento humano.

«Dito isto, a crise económica mundial e também a situação herdada pelo Governo do pós-25 de Abril levantam questões graves.»

### As verdadeiras prioridades

Noutro passo da sua alocução, a eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo acentuou:

«No caminho concreto em que o País se empenhou, é preciso afirmá-lo sem equívoco, importa, sobretudo, que estes objectivos sociais colectivos se realizem de facto — e é por isso que aqui estamos! — é preciso que a alimentação, a saúde, o trabalho, a cultura, a segurança social e a comunicação entre as pessoas sejam as verdadeiras prioridades.

«Tudo isto parece evidente... mas como realizá-lo? Como ultrapassar a tentação do quantitativo (herança de uma sociedade de concorrência) que se espalha por todo o lado?

«Como utilizar os reduzidos recursos financeiros de que dispomos, em objectivos precisos, concretos e eficazes? O dr. Hytten demonstrou claramente no seu relatório que a eficiência é indispensável à política social. Este princípio tem de ficar bem sublinhado. Um amplo sistema de segurança social, perfeito no papel, mas que leve a situações concretas em que as pessoas tivessem que esperar durante meses os benefícios a que têm direito, não serviria de nada.»

Na sua comunicação, o ministro referir-se-ia, ainda, à necessidade de se afastar «o feudalismo das consciências» e salientou, a certo passo, que o ordenamento mínimo nacional, estabelecido em Portugal depois do 25 de Abril, já não está «a um nível humano», devido à inflação.

Seguiu-se do uso da palavra Eyvind Hytten, que manifestou a sua alegria e satisfação pela realização da mesa-redonda — a primeira realizada em Portugal sob o auspício do departamento da O.N.U., que representa — e manifestou o desejo

de que as sessões de hoje e dos próximos dias possam contribuir para a abertura de novas vias para a resolução das questões sociais em Portugal.

### Programa de trabalhos

A mesa-redonda, que se prolongará até sexta-feira, tem a participação do chefe do Programa de Desenvolvimento Social da Divisão de Assuntos Sociais da O. N. U. e representante do secretário-geral desta organização, Eyvind Hytten, além de diversos representantes da França, Noruega, Grã-Bretanha e Roménia e, ainda, da Organização Mundial de Saúde e da Associação Internacional de Segurança Social, bem como de especialistas portugueses.

Os trabalhos têm como principal objectivo o estudo do modo de concretização do programa de acção do Ministério dos Assuntos Sociais, já apresentado pelo ministro Maria de Lourdes Pintasilgo e aprovado pelo Governo, salientando-se, entre os temas a abordar, os seguintes: análise da presente situação social portuguesa e dos programas e políticas oficiais neste campo; problemas de coordenação interministerial para os assuntos sociais; equilíbrio entre centralização e descentralização dos serviços sociais; cooperação entre instituições particulares e serviços oficiais; e meios de cooperar com os outros países da Europa para a realização dos objectivos sociais.

No final dos trabalhos deverão ser apresentadas as conclusões apuradas.